Comissão Pastoral da Terra – Secretaria Nacional

Assessoria de Comunicação

RELEASE

Mais de 2 mil pessoas são resgatadas de condições análogas à escravidão no campo em 2022; o agronegócio segue sendo o principal responsável pela prática criminosa

Em 2022, foram registrados **207 casos de trabalho análogo à escravidão no meio rural**, com 2.615 pessoas envolvidas nas denúncias e 2.218 resgatadas, o maior número dos últimos dez anos. Em comparação ao ano anterior, o aumento foi de 29% no número de pessoas resgatadas e 32% no número de casos.

O estado de Minas Gerais concentrou o maior número desse tipo de violência (62 casos com 984 pessoas resgatadas), seguido por Goiás (17 casos com 258 pessoas resgatadas); Piauí (23 casos com 180 pessoas resgatadas); Rio Grande do Sul (10 casos com 148 pessoas resgatadas); Mato Grosso do Sul (10 casos com 116 pessoas resgatadas) e São Paulo (10 casos com 87 pessoas resgatadas).

O número registrado pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc-CPT) refere-se exclusivamente às pessoas resgatadas em condições análogas à escravidão no meio rural. Esse dado representou, em 2022, **88% do total de pessoas libertas no país**, sendo os outros 12% de pessoas resgatadas em atividades laborais não rurais. O levantamento dos dados gerais feito pela Campanha da CPT *"De Olho Aberto Para Não Virar Escravo"* considera que no Brasil o total de pessoas libertas da escravidão moderna, no campo e na cidade, foi 2.516.

O agronegócio é o maior responsável pelo trabalho análogo ao escravo no Brasil

O **agronegócio e empresas de monocultivos**, grandes motores da exploração do trabalho no Brasil, por mais um ano assumiram a liderança como os principais responsáveis por essa gravíssima violação aos direitos humanos. **O setor sucroalcooleiro foi o campeão, com 523 pessoas resgatadas.**

Conforme destaca a assessora da Campanha da CPT, Carolina Motoki, em artigo publicado no relatório Conflitos no Campo Brasil 2022, "62% dos resgatados estavam trabalhando principalmente em monoculturas: cana (MG, GO e MS); outras lavouras temporárias (com destaque para a soja em GO, MA, MT, PI e RO, e o alho em MG e no RS); lavouras permanentes (com destaque para as colheitas de café em MG e de maçã em SC e RS), e monocultivos de árvores (GO, MA, SP e MS). Tomando também os casos na pecuária, os números não mentem: é o agro quem mais escraviza no Brasil. Em 2021 não havia sido diferente: 90% das pessoas foram escravizadas em atividades rurais, e 64% em monoculturas". Contudo esses dados não representam o total de pessoas que trabalham em

condições sub-humanas no campo brasileiro, uma vez que nem todas as ocorrências são notificadas ou mesmo descobertas.

Outras milhares de pessoas são empurradas para a vala do trabalho escravo sem que sejam visibilizadas, especialmente num contexto marcado pela precarização do trabalho, pelo flagelo da fome, pelo incentivo governamental ao agronegócio e suas práticas criminosas e pela deliberada ausência de políticas públicas estruturantes para o campo. O combate a esse tipo de violência em 2022, e nos demais anos do governo Bolsonaro, só foi possível mediante articulação da sociedade civil e de órgãos que atuam no enfrentamento ao trabalho escravo, aliada à atuação aguerrida de servidores(as) públicos(as), que impediram as tentativas de retrocesso.

Mais informações:

Renata Albuquerque – (81) 99663-2716 / comunicacao@cptne2.org.br